

PARADOXOS DA INDÚSTRIA NACIONAL DA CARNE BOVINA¹

Pedro Eduardo de Felício (2)

Há mais de dois mil anos, o filósofo grego Sócrates (470-399 a.C.), sempre citado graças aos Diálogos de seu discípulo Platão, já que ele mesmo ao que se saiba não deixou escritos de sua própria lavra, foi condenado à pena capital por motivos supostamente de ordem moral, ou mais objetivamente, por não se submeter aos deuses do seu tempo. Consciente de não pertencer à aristocracia ateniense, embora desfrutasse de sua simpatia, insistiu o sábio apenas na defesa de seus princípios e não de sua vida, seja porque soubesse antecipadamente que não escaparia da desdita, seja para marcar uma posição que sobrevivesse a si próprio. Por estranho que pareça, - provavelmente tenha sido esta a contradição que difundiu e perpetuou a palavra paradoxo, do grego *parádoksos*, que significa contraditório, excêntrico – ele insistia em desafiar a crença dominante com sua tese de que era a ignorância que levava à maldade humana, individual ou coletiva, pois não haveria erro moral onde houvesse conhecimento, uma vez que a sabedoria e a virtude são inseparáveis; e foi pensando assim que se tornou vítima de sua própria teoria.

Muito provavelmente, isto é tudo que alguém precisa saber de filosofia para compreender os recentes eventos envolvendo a cadeia produtiva da carne bovina, pois tudo (ou quase tudo) é uma questão de conhecimento ou da falta dele. E para nossa sorte, ninguém hoje em dia será sacrificado por tentar se aproximar da verdade dos fatos, pelo menos não como fizeram com o sábio grego; então, analisemos alguns paradoxos.

O paradoxo da inspeção sanitária

Ainda estão por aí, na faixa de 70 a 90 e alguns anos de idade, pouquíssimos é fato, nossos homens de ouro, da segunda geração de médicos veterinários inspetores federais, competentes e idealistas, e seus seguidores, os da terceira geração, que com eles aprenderam a técnica e visão de futuro e, agora, estão perto da aposentadoria alguns, já aposentados outros. Quantas glórias deram ao Brasil nos últimos 60 anos desde o fim da II Guerra com trabalho árduo e intelecto em prol da higiene e da sanidade, que muito além da inocuidade dos alimentos no mercado interno, contribuíram decisivamente para as exportações a partir das indústrias “anglo-americanas”, tão bem representadas pela Cia. Anglo, seguidas pelas nacionais da fase caracterizada pelos frigoríficos Bordon, Mouran e T. Maia e, depois, pela nova geração que inclui, entre outras, as unidades dos grupos Bertin, Friboi, Independência, Marfrig e Minerva.

O país que hoje tem o maior rebanho produtivo e exporta o maior volume de carne bovina não precisaria estar passando por essa indignidade de se ver criticado, rebaixado, colocado de joelhos diante do gigante mundial da carne, nosso parceiro comercial na América do Norte, que tem imensa e reconhecida dificuldade de fazer o que do Brasil exige. Tampouco nossas autoridades precisariam ter ido lá explicar e fazer promessas as quais não podem cumprir, afinal foram duas décadas e alguns anos de abandono, dado que os governantes da nação nas três últimas décadas não têm compreendido bem a importância da inspeção sanitária para a saúde do povo e a economia da nação. É inevitável que nos perguntemos, então, o que foi que deteriorou tanto se a inspeção é tecnologia dominada por aqui há tempos? Como corrigir isso?

Como talvez dissesse Sócrates diante de tal paradoxo: não é maldade, é falta de conhecimento mesmo, ou de “consciência” se preferirem, e acrescentaria, então, uma sugestão às

¹ Artigo publicado no site www.beefpoint.com.br no dia 27 de abril de 2005.

² Professor-associado da Faculdade de Engenharia de Alimentos, da Unicamp. CP 6121 CEP 13083-862.

autoridades: reúnam os inspetores que dedicaram suas vidas profissionais à inspeção de carnes; tirem dois dias para conversar numa fazenda, longe dos telefones e das reuniões da capital federal, e definir um plano de ação; eles provavelmente dirão que não basta contratar, a questão é de como selecionar e treinar os profissionais; que é preciso criar um fundo, ou em termos mais modernos, uma agência, que arrecade taxas pelos serviços prestados à indústria, e utilize os recursos para investir diretamente no sistema de qualidade, sem depender da “consciência” de outras autoridades que têm a chave do cofre. Também dirão que é preciso destacar alguns profissionais dentre os mais perspicazes e amadurecidos, para visitarem antecipadamente as indústrias, preparando-as para as visitas dos inspetores estrangeiros. Ah! Por último, dirão que se o plano for mesmo executado, sem interrupções ou interferências políticas, os resultados começarão a aparecer em dois anos; assim, o melhor que as autoridades têm a fazer agora é não ficar dando explicações (em português rude que está na moda: não abaixar muito) a seus pares de países importadores, podendo até ser uma boa estratégia solicitar, oficialmente, visitas nas indústrias deles e elaborar bons relatórios a respeito.

O paradoxo da rastreabilidade

Ninguém duvida que será preciso fazer a rastreabilidade do gado, e não só do gado bovino, mas de toda a produção animal, de todos os ingredientes das rações que os animais consomem, de todos os alimentos de exportação, e assim por diante, cada qual a seu tempo. Duvidar disso não ajuda em nada o país que pretende e precisa ser exportador de alimentos, já que não é exportador de manufaturados e tecnologia. Acertadamente o governo tornou voluntário o Sisbov – Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina, afinal, ou o criador entende que pode ter algum benefício identificando cada um de seus bezerros, ou não participa do sistema. Agora está na hora das indústrias deixarem de fingir que não têm nada a ver com isso e mostrarem que estão sim interessadas no assunto; que a identificação animal tem sim que ser individual, e que independentemente das fazendas de origem terem ou não certificação do que quer que seja, elas precisam mesmo é ter uma escrituração zootécnica impecável.

Considerando-se as dimensões continentais, e a diversificada natureza da produção agropecuária deste país, por que o governo não define, agora mesmo, as regras para funcionamento de um sistema de gestão tripartite (pecuária, indústria e governo), de modo a permitir que cada estado ou região brasileira escolha, de conformidade com a lei vigente, as concessionárias para manutenção dos bancos de dados?

O que diria o filósofo diante do paradoxo da rastreabilidade? Diria que não tem havido maldade ou ambição, mas tem faltado conhecimento. Que faltou dar uma olhada no que outros setores produtivos têm feito para assegurar o histórico de localização e utilização registrada de seus produtos. Que faltou conversar com criadores, gerentes de indústria, supermercadistas, e profissionais que conhecem o assunto. Que o governo deve colocar-se na posição de quem define as regras e, em seguida, sai sem se ocupar da função de executor do programa. Processar os dados de milhões de cabeças de gado, distribuídos em milhares de fazendas, então, nem pensar. Isto não é trabalho para o governo federal por uma questão de eficiência e confiabilidade.

O paradoxo da classificação de carcaças

Segundo a matéria de capa da DBO Rural de abril, as *“indústrias, em geral, não estão maduras para pagar ágio, nem pecuaristas para aceitar deságio”*, portanto, não se fala mais nisso, certo? Errado, é preciso que se fale sim, pois não há outra maneira tão eficaz de apontar um norte para a produção de carne - sugerindo correções de rumo conforme as demandas de

mercado vão mudando - do que uma classificação de carcaças de caráter nacional, que não interfira nos preços, nem imponha valores.

Repetindo, porque é da maior importância: que não interfira nos preços, nem imponha valores. Isto significa que as empresas não podem combinar entre si que irão desvalorizar algumas categorias de sexo-maturidade (por exemplo: machos inteiros, vacas, novilhas), ou de raça (por exemplo: cruzados leiteiros), ou de peso (por exemplo: abaixo de 240 kg, ou 16 arrobas), segundo uma tabelinha de deságios de tantos reais, ou tantos por cento, para essa ou aquela categoria.

Tal combinação funcionaria como um dispositivo de eliminação da concorrência, que passaria a seguinte mensagem ao fornecedor de gado: - corra você para onde for, não terá qualquer chance de vender melhor o seu gado, pelo menos não para nós que somos grandes e podemos garantir que você receberá o pagamento pelas carcaças; fora do nosso círculo você poderá não receber e perderá tudo. Pior que isto só se essa mensagem vier com um complemento do tipo: - tudo que não estiver previsto para sofrer descontos será pago pelo preço normal de mercado. Pior, porque faz descontos naquilo que entendem ser “falta de qualidade”, mas não premiam o que consideram como de “melhor qualidade”.

Diante da possibilidade de estar ocorrendo uma combinação desse tipo, num grande e belo país ensolarado, ao sul do Equador, onde todos os envolvidos, do pasto ao prato, entendem que uma classificação de carcaças será útil para a organização da cadeia produtiva, o que diria o filósofo grego? Saliente-se que na hora de melhorar preços pela “qualidade” (para ser exato, o correto é conformidade), os frigoríficos, individualmente, fazem seus próprios acordos com fornecedores, mas na hora de descontar o fazem em conjunto, somando forças, para oprimir justamente aqueles que garantem seu suprimento de matéria prima.

Talvez dissesse que a pergunta é na verdade um sofisma, que induz a uma condenação por malignidade de uma agremiação que não pode ser tão má assim; talvez acrescentasse que deve ser uma questão de obscurantismo passageiro, de perda temporária de consciência de pertencer a uma só corrente, cuja força não pode ser maior do que a do mais fraco de seus elos. Diria que é um sintoma de imediatismo progressivo, que se for verdade mesmo - sempre desconfiado como cai bem aos sábios - e persistir, então estaremos todos perdidos, porque é doença de prognóstico desfavorável.

Por fim, é possível que Sócrates recomendasse cautela, porque tamanha ignorância pode ser muito perigosa – neste ponto nos faria lembrar de sua própria história. Mas também é possível que lançasse mão do dito popular, segundo o qual “*de um limão pode-se fazer uma deliciosa limonada*” e sugerisse uma reunião visando aproveitar a famigerada tabela, se é que tal coisa existe - o mestre ainda está incrédulo - à qual se aporia a parte faltante (a das categorias de carcaças a serem premiadas), e se eliminariam os descontos pré-fixados, porque são indecentes. Em seguida, todas as indústrias estariam moralmente comprometidas com a implantação da classificação de carcaças, de valores (méritos e deméritos) flutuantes; somente os parâmetros e a maneira de os pesar, medir ou avaliar seriam padronizados e sujeitos a auditagens periódicas de terceira parte, principalmente a pesagem, ressaltaria o pensador e contumaz provocador.

Concluiria que a triste tabela poderá muito bem ser um ponto de partida para a discussão de todos os outros paradoxos dessa cadeia produtiva que resiste à idéia de tornar-se uma verdadeira indústria nacional da carne. E pela última vez, apossa-se do teclado o mestre, para recomendar às empresas frigoríficas que contratem muitos profissionais de nível superior, como fizeram as suas congêneres do setor de suínos e aves, nos últimos vinte anos, porque o jogo será ganho ou perdido no campo da Ciência e da Tecnologia, se é que não perceberam ainda. (Campinas, 26 de abril de 2005).